



**NOME DO CANDIDATO:** \_\_\_\_\_

**RG DO CANDIDATO:** \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES:**

- a) Prova sem consulta à legislação.
- b) Cada questão vale 0,5 ponto (valor total da prova 10).
- c) Assinalar apenas uma alternativa (sem rasuras e à caneta) no gabarito ao final da prova (todo o mais escrito na prova será desconsiderado)
- d) a identidade do candidato, o lançamento do nome na prova e no gabarito, e a conferência da documentação de identificação, será feita logo no início da avaliação.

## QUESTÕES

1. Assinale a alternativa que não corresponde a um princípio informativo ou formativo do direito processual civil.
  - a) lógico
  - b) político
  - c) jurídico
  - d) econômico
  - e) social
  
2. Sobre os negócios jurídicos processuais atípicos do art. 190 do CPC, assinale a alternativa correta:
  - a) não podem ser celebrados pelo poder público, em vista da indisponibilidade do interesse público;
  - b) podem ser celebrados por pessoas incapazes, desde que haja concordância do Ministério Público;
  - c) passam a ter eficácia tão logo homologados pelo juiz do caso;
  - d) são bilaterais;
  - e) somente são admitidos no curso do processo, sendo vedados na fase pré-processual.
  
3. Assinale abaixo a única assertiva que não corresponde a entendimento processual sumulado do STJ:
  - a) O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.
  - b) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.
  - c) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção por acessões e benfeitorias, permitida, apenas, a indenização delas a *posteriori*.
  - d) A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental.
  - e) O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca.



4. A parte prejudicada por ato ilegal cometido por Ministro de Estado, impetra Mandado de Segurança junto ao STF contra o Presidente da República, a fim de obter provimento que lhe garanta a fruição de direito líquido e certo indevidamente vedado. O STF, no julgamento do *writ*, deverá:

- a) aplicar a teoria da encampação, julgando o mérito do *writ*, desde que o Presidente da República, ao prestar suas informações, defenda o ato atacado.
- b) extinguir o processo, sem análise do mérito, pois que não compete ao STF julgar MS contra ato de Ministro de Estado, mesmo que o Presidente da República, ao prestar suas informações, defenda o ato atacado.
- c) remeter os autos ao STJ a fim de que ele promova o julgamento, desde que o Presidente da República, ao prestar suas informações, defenda o ato atacado.
- d) extinguir o processo, sem análise do mérito, somente se o Presidente da República, ao prestar suas informações, arguir sua ilegitimidade para responder pelo ato do Ministro de Estado.
- e) remeter os autos ao STJ a fim de que ele promova o julgamento, mesmo que o Presidente da República, ao prestar suas informações, alegue exclusivamente sua ilegitimidade para responder pelo ato.

5. De acordo com o STJ, o Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores. Em vista da afirmação supra, é certo afirmar que:

- a) a afirmação do enunciado também se aplica à Defensoria Pública, indistintamente;
- b) o interesse social nas relações de consumo é presumido, de modo que a tutela do coletiva de tais direitos/interesses se insere entre as funções institucionais do MP a justificar a sua atuação (art. 127 da CF);
- c) o Ministério Público só será parte legítima para ajuizar ações civis públicas e coletivas em prol do consumidor se comprovar, no caso concreto, a existência de interesse social que autorize sua atuação;
- d) não se aplica o entendimento do enunciado às ações de consumo decorrentes da prestação de serviço público;
- e) a afirmação do enunciado também se aplica às associações, indistintamente.

6. Sobre a denunciação à lide, assinale a alternativa incorreta:

- a) é admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes, ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;
- b) é admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes, àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo;
- c) o direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida;
- d) admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma;
- e) se o denunciante for vencido na ação principal, o juiz extinguirá a denunciação da lide sem análise do mérito.

7. Qual das alternativas abaixo não é uma hipótese de suspeição do juiz?

- a) juiz amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;
- b) juiz que recebe presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo;



- c) juiz que aconselha alguma das partes acerca do objeto da causa;
- d) juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes;
- e) juiz que atue em caso em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.

8. O Ministério Público, na condição de fiscal da ordem jurídica, não atuará nos processos cíveis que:

- a) tratem de questões de estado e capacidade das pessoas capazes;
- b) envolvam interesse público ou social;
- c) envolvam interesse de incapaz;
- d) envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana;
- e) figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.

9. Não cabe ação monitória:

- a) contra devedor incapaz;
- b) para exigir o pagamento de quantia em dinheiro;
- c) para exigir a entrega de coisa fungível ou infungível;
- d) para exigir a entrega de bem móvel ou imóvel;
- e) para reclamar o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.

10. Sobre a competência para julgar conflitos de competência, observe as assertivas abaixo:

- I) Compete ao STF o julgamento dos conflitos de competência entre quaisquer Tribunais Superiores;
- II) Compete ao STJ o julgamento dos conflitos de competência entre juízes vinculados a Tribunais de 2º grau distintos;
- III) Compete ao Tribunal a que vinculados os juízes o julgamento dos conflitos de competência entre eles, ainda que um dos juízes integre o sistema dos Juizados Especiais

Agora assinale a alternativa correta:

- a) todas as assertivas estão erradas
- b) somente as assertivas I e II estão erradas
- c) somente a assertiva III está errada
- d) somente as assertivas I e II estão certas
- e) todas as assertivas estão certas

11. Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), assinale o único requisito que não precisa ser observado para sua admissão:

- a) efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito;
- b) risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica;
- c) ausência de afetação de recurso repetitivo no âmbito do STF ou do STJ, para definição de tese sobre a mesma questão de direito material ou processual objeto do IRDR;
- d) ajuizamento do incidente diretamente no STJ ou no STF, no âmbito de suas respectivas competências;
- e) pedido formulado pelo juiz ou relator, por ofício; pelas partes, por petição; ou pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.

12. É pressuposto recursal subjetivo:

- a) a sucumbência
- b) o cabimento



- c) o preparo
- d) a tempestividade
- e) a adequação

13. Assinale a alternativa incorreta: são requisitos para a validade da arbitragem com a administração pública:

- a) que o conflito seja relativo a direitos patrimoniais disponíveis da administração;
- b) que a convenção de arbitragem seja celebrada pelo órgão competente da administração pública direta para a realização de acordos ou transações;
- c) que as custas do procedimento, inclusive honorários do(s) árbitro(s), sejam suportadas pelo adverso;
- d) que a arbitragem seja, sempre, de direito;
- e) que a publicidade seja a regra do procedimento arbitral.

14. Não é cabível ação rescisória:

- a) contra decisões interlocutórias de mérito transitadas em julgado;
- b) se o pronunciamento foi proferido por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;
- c) se o pronunciamento for proferido por juiz suspeito;
- d) se o pronunciamento resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida;
- e) se o pronunciamento ofender a coisa julgada.

15. Sobre a coisa julgada, assinale a alternativa que não corresponde ao entendimento atual sobre o tema:

- a) havendo conflito entre duas coisas julgadas, ambas não mais sujeitas a ação rescisória por conta do decurso do prazo legal, prevalecerá a coisa julgada formada em 1º lugar;
- b) pela teoria da relativização da coisa julgada, admite-se a revisão do pronunciamento não mais sujeito a prazo de rescisória, toda vez que a evolução tecnológica e obtenção de novos meios de provas revelarem a injustiça/erro da decisão anterior;
- c) a coisa julgada é considerada pressuposto processual de validade negativo, de modo que a sua presença no processo leva à extinção do feito, sem análise do mérito;
- d) a coisa julgada pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, sem prévia provocação das partes;
- e) a coisa julgada no processo coletivo tem modelo diverso da coisa julgada no processo individual.

16. São penhoráveis na execução civil de crédito não alimentar:

- a) os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução;
- b) os móveis, os pertences e as utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida;
- c) os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor;
- d) os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado;
- e) a pequena propriedade rural quando não trabalhada pela família.

17. Entre as diversas normas fundamentais previstas no CPC/2015, encontra-se a inafastabilidade do acesso à jurisdição. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) a tutela preventiva é preferencial à tutela reparatória, tanto que a legislação estabelece, topologicamente, a defesa da ameaça de direito primeiro que a defesa da lesão a direito;



- b) é reconhecida a arbitragem, na forma da lei, como exercício de jurisdição ou, no mínimo, equivalente jurisdicional;
- c) pese a inafastabilidade do acesso à jurisdição, o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos;
- d) em vista do princípio da inafastabilidade, não se pode condicionar o acesso ao sistema de Justiça ao prévio pedido administrativo junto ao INSS, nas causas previdenciárias;
- e) a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

18. Assinale a única alternativa que não contempla uma hipótese legal de admissão da produção antecipada de provas:

- a) haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação;
- b) a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução do conflito;
- c) o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação;
- d) seja necessária a documentalização da prova oral para fins monitorios;
- e) seja necessária a documentalização da prova oral para servir de prova pré-constituída para fins de mandado de segurança.

19. A *astreinte* consiste na multa, aplicada pelo juiz, a fim de compelir o devedor a cumprir a obrigação, especialmente de fazer e não fazer. Sobre ela, assinale a alternativa correta:

- a) depende de requerimento da parte, não podendo ser fixada pelo juiz de ofício;
- b) é aplicável, apenas, na sentença ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação;
- c) o juiz poderá modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva; ou que o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento;
- d) o valor da multa será devido ao Estado em vista da desobediência da parte ao descumprir o comando judicial;
- e) a multa será devida desde o trânsito em julgado da decisão que a fixou e incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado.

20. A parte “A” formulou pedido de tutela antecipada antecedente, consistente em se reconhecer, liminarmente, a ocorrência do pagamento de título indevidamente protestado. Deferida a tutela antecipada tal como requerida, o requerido “B” foi citado e não recorreu da decisão proferida. Nesse caso:

- a) a tutela antecipada antecedente se estabilizará, não necessitando o autor promover o aditamento da inicial para converter o pleito em pedido principal;
- b) a tutela antecipada antecedente se estabilizará, necessitando o autor, de todo modo, promover o aditamento da inicial para converter o pleito em pedido principal, a fim de que se tenha uma decisão final e definitiva sobre o pagamento alegado;
- c) a tutela antecipada antecedente não se estabilizará, pois que o requerido pode, ainda, contestar a pretensão principal onde se formulará a tese de pagamento;
- d) a tutela antecipada só se estabilizará se a parte “A”, cientificada da omissão recursal da parte “B”, expressamente assim o requerer;
- e) a tutela antecipada antecedente se estabilizará, sendo vedado ao requerido “B”, oportunamente, retomar a discussão sobre o tema.



**NOME DO CANDIDATO:** \_\_\_\_\_

**RG DO CANDIDATO:** \_\_\_\_\_

### GABARITO

	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>
<b>1</b>	A	B	C	D	E
<b>2</b>	A	B	C	D	E
<b>3</b>	A	B	C	D	E
<b>4</b>	A	B	C	D	E
<b>5</b>	A	B	C	D	E
<b>6</b>	A	B	C	D	E
<b>7</b>	A	B	C	D	E
<b>8</b>	A	B	C	D	E
<b>9</b>	A	B	C	D	E
<b>10</b>	A	B	C	D	E
<b>11</b>	A	B	C	D	E
<b>12</b>	A	B	C	D	E
<b>13</b>	A	B	C	D	E
<b>14</b>	A	B	C	D	E
<b>15</b>	A	B	C	D	E
<b>16</b>	A	B	C	D	E
<b>17</b>	A	B	C	D	E
<b>18</b>	A	B	C	D	E
<b>19</b>	A	B	C	D	E
<b>20</b>	A	B	C	D	E